



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1608587 - SP (2019/0322452-2)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE : PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**ADVOGADOS : SÉRGIO CASSANO JUNIOR - RJ088533**  
**GUILHERME GONFIANTINI JUNQUEIRA - SP182913**  
**FREDERICO ANJOS DE FIGUEIREDO - RJ137266**  
**AGRAVADO : COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO CODESP**  
**ADVOGADO : MARCO ANTÔNIO GONÇALVES - SP121186**  
**AGRAVADO : ANTONIO CARLOS MATARAZZO**  
**ADVOGADOS : ENZO SCIANNELLI - SP098327**  
**JOSÉ ABÍLIO LOPES - SP093357**  
**SHARON MARGARETH L H VON HORNSTEDT - SP121477**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JULGAMENTO FORA DO PEDIDO (EXTRA PETITA). NÃO CARACTERIZAÇÃO. INTERPRETAÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DO PEDIDO.

1. Ação de complementação de benefício previdenciário.
2. Não implica julgamento fora do pedido (extra petita) a concessão de tutela jurisdicional que se encontra, ainda que implicitamente, abrangida no pedido formulado na petição recursal, extraída mediante sua interpretação. Súmula 568/STJ.
3. Agravo conhecido. Recurso especial conhecido e não provido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em Recurso Especial interposto em: 23/08/2019.

Concluso ao gabinete em: 03/02/2020.

Ação: de complementação de benefício previdenciário, ajuizada por ANTONIO CARLOS MATARAZZO, em face da agravante e de COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO CODESP, na qual alega que, quando da sua admissão para trabalhar para a corré CODESP, passou a integrar o plano de suplementação de

aposentadoria mantido pela requerida/agravante PORTUS. Afirmou que, em 19/05/2004, aposentou-se perante o INSS, conforme a NB n. 133.566784-6, com a renda mensal de R\$ 1.550,32 e teve deferido em seu favor a suplementação da aposentadoria, por fazer parte do fundo de pensão PORTUS, em 19/11/2010, auferindo a renda inicial de R\$ 921,60.

Discorreu sobre a legislação pertinente à elaboração dos cálculos e aduziu que a PORTUS, ao calcular a renda mensal inicial da aposentadoria oficial, leva em consideração apenas as 36 últimas contribuições, enquanto o cálculo correto do INSS considera 80% dos maiores salários de contribuição de todo o período contributivo.

Por derradeiro, versa que os valores foram calculados equivocadamente e apresenta em sua inicial planilha demonstrando a quantia devida

Sentença: julgou improcedente o pedido em relação à agravada COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO CODESP; julgou parcialmente procedente o pedido formulado em face da agravante PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, para:

i) condená-la a implantar o valor de R\$ 2.758,89, como valor inicial da suplementação devida ao autor/agravado ANTONIO CARLOS MATARAZZO, procedendo-se a revisão de todos os valores seguintes, no prazo de 30 dias, sob pena de pagar a multa de R\$ 5.000,00, por cada mês em que não observada a correção; e

ii) condená-la a pagar o valor atrasado de R\$ 130.761,73, apurado pela perícia, bem como daqueles que venceram e vierem a vencer, até a data da efetiva implantação, com correção monetária mês a mês e juros de 1% ao mês, desde a citação.

Acórdão: negou provimento às apelações interpostas pela agravante PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL e pelo agravado ANTONIO CARLOS MATARAZZO.

Recurso especial: alega violação do art. 492 do CPC/15. Sustenta a existência de julgamento fora do pedido (extra petita), em relação à condenação imposta à agravante, no que concerne ao cálculo da simulação da renda mensal postulada pelo agravado ANTONIO CARLOS MATARAZZO.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

**- Julgamento: aplicação do CPC/15**

### **- Do julgamento fora do pedido (“extra petita”)**

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos 492 do CPC/15. Ademais, na hipótese, não há julgamento fora do pedido (extra petita), pois a lide foi decidida nos exatos termos em que foi proposta, havendo congruência entre a decisão, o pedido e a causa de pedir, conforme ressaltou o Tribunal de origem (e-STJ, fls. 1.004/1.007):

E, quanto ao julgamento 'extra petita' (fls. 759; 762), por se cuidar de questão intimamente relacionada ao mérito do apelo, neste será enfrentada; sendo que, no mérito, os recursos não merecem acolhida.

O autor, aposentado, assevera que, quando começou a receber o benefício suplementar relacionado ao plano de previdência administrado pela corre Portus, observou que o mesmo estava sendo pago em valor inferior, devido ao cálculo incorreto do seu salário de contribuição junto ao INSS, isto é, sem observar o disposto no art. 29, I, da Lei no 8.213/91, alterada pela Lei no 9.876/99, sendo que tal fator compõe a base de cálculo da sua aposentadoria complementar.

(...)

Assim, o cálculo final do benefício suplementar - constituído pela diferença entre o valor correspondente a 80% do salário real de benefício, (R\$4.309,22 - fls. 24), e o valor do benefício recebido pelo autor junto ao INSS (BI), (R\$3.387,62 - fls. 24) -, implicou em montante inferior ao que o autor efetivamente deveria receber da corre Portus; eis que, pela correta aplicação da legislação mencionada, o seu benefício inicial (BI) corresponderia a R\$ 1.550,32, conforme carta de concessão da Previdência Social (fls. 20/21).

Consequentemente, o recálculo pleiteado é medida que se impõe. E, embora o perito (laudo — fls. 561/599; esclarecimentos complementares — fls. 631/633) tenha concluído, equivocadamente, que a corre Portus "não observou o Plano de Benefício Vigente quando da sua adesão, ao adotar o redutor de 20% incidente sobre a média dos 12 (doze) últimos salários corrigidos" (fls. 596) - quando, na realidade, o equívoco estava no incorreto cálculo do fator 'Renda Mensal Inicial' -, nota-se que o experto, ao recalculer o valor da suplementação (demonstrativo — fls. 597), assim o fez em total respeito aos requisitos normativos e regulamentares aplicáveis ao caso concreto; tanto que, utilizou o mesmo valor lançado pela corre Portus a título de '80% do Salário Real de Benefício (SRB)' (R\$4.309,22 — fls. 24), além de ter observado, corretamente, o valor do 'Benefício Inicial do INSS (BI)', em R\$1.550,32, tal como apurado pela própria autarquia previdenciária ao conceder a aposentadoria ao autor (fls. 20/21).

Portanto, não há que se falar em nulidade da prova pericial tampouco em julgamento do feito com base em matéria dissociada do pleito autoral. Aliás, descabida a alegação de que haveria a necessidade de custeio, pelo autor e pela patrocinadora (Codesp), para a constituição de reservas visando ao equilíbrio econômico-financeiro e atuarial do plano, uma vez que as contribuições de toda a massa de participantes, inclusive as que foram feitas pelo próprio autor, foram dimensionadas para assegurar o pagamento dos benefícios de acordo com a ocorrência de todas as hipóteses de complementação previstas no Regulamento.

Salienta-se, ainda, que o STJ firmou entendimento no sentido de que cabe ao julgador a interpretação lógico-sistemática do pedido formulado na petição inicial a partir de uma análise de todo o seu conteúdo, e não apenas da parte da petição destinada aos requerimentos finais. Nesse sentido: REsp 1.639.016/RJ, 3ª Turma, DJe de 04/04/2017; EDcl no REsp 1.331.100/BA, 4ª Turma, DJe de 10/08/2016; AgRg no Ag 886.219/RS, 3ª Turma, DJe de 07/05/2008 e REsp 440.221/ES, 4ª Turma, DJ de 11/10/2004.

Logo, nos termos da Súmula 568/STJ, o acórdão recorrido não merece reforma quanto ao ponto mencionado.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, IV, "a", do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e NEGOCHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora